

VÍTOR OLIVEIRA JORGE • RAÚL ITURRA
[COORDS.]

RECUPERAR O ESPANTO: O OLHAR DA ANTROPOLOGIA

Edições Afrontamento

IV

A ANTROPOLOGIA E OS MUSEUS

ALICE DUARTE *

A Antropologia é, de todas as ciências sociais e humanas, a única a estar dotada de museus praticamente desde a sua origem.

Apesar disso, durante muito tempo, a perspectiva museológica foi, em grande parte, negligenciada nas investigações relativas à história da Antropologia. Parece-nos defensável que esta perspectiva museológica, pela análise das relações entre a Antropologia e os museus antropológicos ao longo do tempo, nos possa ajudar a entender as vicissitudes do processo de construção do pensamento e da ciência antropológica.

A análise das relações estabelecidas entre o corpo teórico, vigente em cada fase do desenvolvimento da disciplina, e a instituição museológica, permite identificar não só os diferentes pressupostos teóricos e metodológicos dominantes em cada uma dessas fases como ainda tornar inteligível o papel da museologia no manuseamento ou elaboração das representações de alteridade.

O objectivo deste texto é analisar em termos gerais (não atendendo portanto a variações nacionais que podem ser significativas) as relações entre Antropologia e museus antropológicos, tentando perceber as conexões entre estas relações e a definição de problemáticas disciplinares. Propomo-nos atender a três momentos particulares: a 2.^a metade do século XIX, período de estreita ligação

* Antropóloga. FLUP, Porto.

entre Antropologia e museus; os anos 20-30 do século XX, anos marcados por uma ruptura entre a disciplina e a instituição museológica; e os anos 80, altura a partir da qual é detectável uma reaproximação entre Antropologia e museus.

Na 2.^a metade do século XIX a Antropologia constitui-se como saber autónomo, sendo o quadro teórico dominado pelas correntes evolucionista e difusionista. Esta é uma fase de estreita associação entre museus e Antropologia (o *Museum Period*, Sturtevant, 1969).

Os factores explicativos deste facto são diversos, sendo forçoso começar por reconhecer o papel fundamental do museu no processo de institucionalização e profissionalização da Antropologia, numa altura em que esta nova área do saber não tinha ainda lugar na Universidade. Para além da legitimação científica, o museu promove também o reconhecimento social da disciplina junto do grande público.

Mas há outra ordem de factores, a que poderíamos chamar intelectuais, que explicam e justificam esta associação estreita entre Antropologia e museus, nomeadamente a ligação inicial da disciplina às ciências naturais e ao espírito positivista dominante na época. As ciências naturais, como a botânica ou a zoologia, no desejo de tornar a Natureza inteligível, tinham-na submetido a uma classificação em espécies, subespécies e géneros. As primeiras sistematizações dos objectos etnográficos vão tentar realizar uma proeza semelhante; através da classificação dos objectos tenta-se instaurar uma lógica no interior de uma massa caótica de dados. Se acrescentarmos a isto a concepção positivista de que «os factos falam por si», o que torna irrelevante quer o modo de recolha dos objectos etnográficos, quer quem os recolhe, quer ainda o contexto em que são produzidos e utilizados, facilmente nos apercebemos de que, por um lado, os «factos» são os próprios objectos etnográficos e, por outro, que estes artefactos só adquirem sentido quando inseridos no respectivo sistema de classificação. Tudo isto nos remete directamente para o trabalho do museu, trabalho de classificação das suas colecções, como uma parte central e importante da pesquisa antropológica.

Esta noção de objecto etnográfico elaborada no século XIX

(Dias, 1991), que o transforma numa espécie de arquivo dos povos sem escrita, e as particularidades da prática antropológica à época, com estadias de curta duração e desconhecimento da língua nativa, conduzem à identificação da cultura com as manifestações materiais da actividade humana. Através da história de um tipo de objectos, desde as suas formas mais simples às mais complexas, pretende-se perceber e documentar a evolução humana. Ou então, recorrendo ao quadro teórico da difusão, documentar os fenómenos justificativos para a repartição de um mesmo tipo de objectos por extensas áreas geográficas.

O museu, através da sua tarefa de classificação e exposição dos artefactos, corrobora este acentuar da dimensão material. Ou seja, a selecção dos objectos e o seu ordenamento no museu reflectem e servem o enquadramento teórico subjacente. O quadro teórico é o da reconstrução do desenvolvimento da humanidade; os objectos são a materialização desse desenvolvimento; a exposição no museu (através do ordenamento dos objectos e até mesmo do sentido obrigatório do percurso a seguir) é a ilustração das etapas dessa evolução da humanidade. O museu é simultaneamente o local de elaboração e de verificação das hipóteses evolucionista e difusionista; as suas colecções são o ponto de partida mas também o ponto de chegada da reflexão teórica.

Resumindo, desta associação estreita entre Antropologia e museus no século XIX são detectáveis dois aspectos da orientação teórica da disciplina. Por um lado a Antropologia é concebida como o estudo da reconstituição histórica da humanidade; por outro a cultura torna-se sinónimo de manifestações materiais.

Nos anos 20-30 do século XX as relações entre Antropologia e museus sofrem uma ruptura (sobretudo nos EUA e Grã-Bretanha, uma vez que a situação, institucional e teórica, quer em França quer nos países de língua alemã e da Europa do Norte, é substancialmente diferenciada). A este facto não é alheia a criação e desenvolvimento dos departamentos universitários. Contudo, o factor mais significativo para este afastamento entre Antropologia e museus serão as alterações nos posicionamentos teóricos e metodológicos, orientados agora no sentido de uma contextualização sócio-cultural.

A crítica ao evolucionismo e ao método das reconstituições históricas revestiu aspectos sensivelmente diferentes na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos (Stocking, 1987), que transparecem aliás na clivagem então desenhada entre Antropologia Social e Antropologia Cultural. A dissociação entre Antropologia e museus está directamente relacionada com o impulso dado à disciplina pela corrente funcionalista. A Antropologia Social britânica ao realizar o corte da Antropologia com a história (Radcliffe-Brown, 1923), ao centrar as suas análises no funcionamento dos sistemas sociais numa perspectiva sincrónica, vai promover inexoravelmente o afastamento da Antropologia relativamente ao museu. E isto não só porque a reconstituição dos estádios de desenvolvimento deixa de ser a referência conceptual para a disciplina («corte com a história»), mas também porque os signos materiais perdem o seu estatuto de «factos por excelência» para o estudo da realidade social («corte com a cultura material»).

A transformação da Antropologia na elucidação dos sistemas sociais contemporâneos (e não passados) e a posição de que os significados culturais dependem do contexto social em causa, tem como efeito correlativo a percepção dos artefactos como mera ilustração de valores e princípios já desvendados pela análise do quadro político, religioso ou de parentesco, sendo portanto essas ilustrações supérfluas ou dispensáveis (Strathern, 1988).

A dissociação da Antropologia relativamente ao museu em virtude da secundarização do papel dos artefactos na investigação antropológica será reforçada pelas novas exigências metodológicas, elas próprias resultantes da concepção da cultura como totalidade. A abordagem funcionalista, ao insistir na necessidade do trabalho de campo intensivo, abdica do museu como lugar central da pesquisa antropológica e substitui-o pelo terreno. Não só a pesquisa e o estabelecimento de relações causais devem ser procurados no interior do sistema social como se rejeita toda a comparação de elementos culturais isolados.

Ajudando a esta ruptura está também a incapacidade do museu em reorientar a sua actividade na direcção das novas problemáticas teóricas. Ainda em 1954 autores americanos lamentam o facto dizendo: «... as novas exposições, até à data, não viram reflectido

nenhum plano sistemático ou integrado, e o tratamento de muitos problemas de interesse teórico actual nunca foram intentados» (Collier e Tschopik, 1954: 773). O ênfase na análise dos sistemas sociais, dificilmente materializáveis em objectos, parece condenar o museu à estagnação.

Em conclusão, subjacente a esta dissociação entre Antropologia e museus temos: por um lado, a própria redefinição do conceito de cultura como uma totalidade, formada por diversas instituições das quais importa perceber as inter-relações; por outro, a separação da Antropologia Social (e Cultural) do estudo dos objectos ou da cultura material.

A partir dos anos 80 é detectável um movimento de reaproximação entre a Antropologia e os museus. Este facto recente (para o qual também por isso fazemos apenas uma 1.^a abordagem exploratória) pode ser ilustrado quer pelo número crescente de reflexões, produzidas por antropólogos, sobre o papel do museu e o serviço por ele prestado à disciplina (Stocking, 1985, 1987; Jordanova, 1989; Jamin, 1982; 1989; Dias, 1993, referindo só alguns); quer por uma certa legitimidade académica alcançada pela actividade expositiva, uma vez que a recensão de exposições passa a ter lugar assegurado em revistas antropológicas (por exemplo *American Anthropologist* ou *Gradhiva*); quer ainda pelos debates e conferências, de teor antropológico, que são organizadas ou suscitadas aquando da realização de exposições.

Para clarificar os factores que proporcionaram esta reaproximação há que atender às reformulações internas da disciplina mas também às inovações que a actividade museológica foi capaz de encetar.

A ruptura do paradigma funcionalista pôs em causa a concepção da sociedade como entidade isolada e cristalizada. As alterações políticas, económicas e culturais verificadas a nível mundial com a descolonização e a imigração para os países ocidentais, colaboraram para a destruição daquela imagem do mundo fortemente compartimentado e forneceram mesmo argumentos no sentido do alargamento do objecto de estudo da disciplina (aquilo a que outros chamam a «crise do objecto de estudo»). Por outro lado, revisões

epistemológicas sobre as capacidades e limitações do pensamento científico em geral, conduzem a Antropologia a uma reflexão crítica sobre o tipo de conhecimento que produz. O foco de interesse da disciplina já não é apenas o Outro, mas também as representações produzidas desse Outro.

A confluência de todos estes novos pontos de vista acabará por suscitar tentativas de apresentações comparativistas entre os diversos tipos de sociedades, cuja concretização pode ser favorecida por uma prática museológica inovadora. O exemplo mais radical é talvez o das exposições «coup de poing», realizadas no Musée d'Ethnographie de Neuchâtel sob a orientação de Jacques Hainard, cuja especificidade consiste exactamente na confrontação — num mesmo espaço de reflexão: uma vitrina ou uma secção da exposição — de objectos etnográficos ditos clássicos com objectos quotidianos da sociedade ocidental.

Assim, a reaproximação entre museus e Antropologia não resulta apenas de reformulações internas e de um movimento auto-reflexivo da disciplina, mas fica a dever-se também à capacidade da museologia em aceitar os desafios que lhe são colocados, inovando a sua prática.

Uma das inovações mais significativas é a ultrapassagem da ligação privilegiada, ou exclusiva, da exposição aos objectos nos seus aspectos mais formais ou estéticos, e a sua aptidão para lidar, agora, também com problemáticas antropológicas. A exposição passa a servir-se mais de temas-ideias do que de objectos; estes ilustram apenas aquelas. (Como mero apontamento podemos aqui referir duas exposições — ambas com antropólogos como comissários — do ano de 1994, realizadas em Portugal: «Fado: Vozes e Sombras», no Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa, e «Memória da Amazônia», no Edifício da Alfândega, no Porto. Em ambas, não só o tema (o fado e a etnicidade) não é propriamente uma entidade materializável, como os objectos mais do que enviarem para si próprios remetem essencialmente para o tema.

Outra das inovações é a extensão da noção de objecto etnográfico em duas direcções. Por um lado, podem ser postos em paralelo objectos de três dimensões, registos de imagens e registos sonoros, o que possibilita o recurso a uma multiplicidade de suportes expo-

sitivos não só visuais como auditivos. Por outro lado, em paralelo com os objectos etnográficos exóticos podem agora aparecer colocados objectos quotidianos da nossa sociedade.

A última das inovações que focaremos é a concepção do museu como espaço de exposições temporárias. A concepção anterior que o via como o lugar de uma exposição permanente, e portanto fixa durante muito tempo (ainda que os acervos pudessem ir crescendo), condenava-o a um anacronismo relativamente a reestruturações do campo disciplinar. A concretização de exposições temporárias sucessivas, ao fazer diminuir obrigatoriamente o lapso de tempo entre a fase da conceptualização e a fase de montagem da exposição, permite uma menor fixidez em termos das problemáticas teóricas utilizadas. Além disso, as exposições temporárias são muitas vezes eventos periódicos que promovem e/ou suscitam a produção de textos e o debate entre antropólogos. Também deste modo elas fomentam a reaproximação de que temos vindo a falar.

Em conclusão, se hoje a museologia já não pode ser o espaço por excelência da elaboração e da produção do saber antropológico, é de suspeitar que ela pode muito bem ser o lugar de exposição dos desenvolvimentos actuais desse saber.

BIBLIOGRAFIA

- COLLIER, Donald, e TSCHOPIK, Harry (1954) — «The Role of Museums in American Anthropology», *American Anthropologist*, vol. 56.
- DIAS, Nélia (1991) — Le Musée d'Ethnographie du Trocadéro (1879-1908). *Anthropologie et Musée en France*, Editions du C.N.R.S., Paris.
- (1993) — «Le Nouvelle Alexandrie. Du Musée au Terrain», *Les Cahiers de Publics et Musées*, Paris.
- JAMIN, Jean (1982) — «Objects Trouvés des Paradis Perdus. A propos de la Mission Dakar-Djibouti», in *Collections Passion*, J. Hainard e Khaert eds., Musée d'Ethnographie, Neuchâtel.
- (1989) — «Le Musée d'Ethnographie en 1930. L'Ethnologie comme science et comme politique», in *La Muséeologie*, selon George-Henri Rivière, Dunod, Paris.

- JORDANOVA, Ludmilla (1989) — «Objects of Knowledge: A Historical Perspective on Museums» in *The New Museology*, Peter Vergo ed., Reaktion Books, London.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. (1923) — *Methods of Ethnology and Social Anthropology*, Oxford University Press, London.
- STOCKING, George W. ed. (1985) — *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*, University of Wisconsin Press, Wisconsin.
- (1987) — *Victorian Anthropology*, Free Press, New York, London.
- STURTEVANT, William C. (1969) — «Does Anthropology need Museums?», *Proceedings of the Biological Society of Washington*, n.º 82.